

A incorporação de práticas baseadas em evidência na terapia de fala e de linguagem

Karin Ximenes de Genaro*

Maria Claudia Cunha**

Roddam H, Skeat J (orgs). *Embedding evidence-based in practice in speech and language therapy: international examples*. UK, Wiley-Blackwell; 2010.

O compromisso com a qualidade dos cuidados com a saúde aliado à utilização produtiva da dotação de recursos públicos e privados para esse fim, justificam a implementação da prática baseada em evidências científicas (PBE)¹.

Historicamente, a expressão PBE origina-se da “medicina baseada em evidências”, termo cunhado na década de 80 para caracterizar o ensino a partir da resolução de problemas clínicos e a efetividade de serviços de saúde, ambos preconizados pela McMaster University Medicine School, sediada no Canadá. Atualmente, tal abordagem é extensiva aos procedimentos utilizados por diferentes profissionais em contextos diversos de assistência à saúde².

Sustentada por um tripé, a saber: resultados obtidos em pesquisas, experiência do profissional e valores/preferências do paciente; a PBE é uma abordagem que envolve a definição de um problema clínico, a busca e avaliação crítica das evidências disponíveis para a sua resolução, a implementação dessas evidências na prática e a avaliação dos resultados obtidos nesse processo³.

Nessa direção, o volume em análise, organizado pelas fonoaudiólogas Roddam, do Reino Unido e Skeat, da Austrália; objetiva caracterizar a abordagem, apontar as dificuldades enfrentadas, reiterar a relevância e narrar experiências da utilização da PBE na Fonoaudiologia.

O trabalho é estruturado em seis sessões, cada uma delas subdividida em capítulos elaborados por fonoaudiólogos experientes que atuam em hospitais, instituições acadêmicas e centros de pesquisa de diferentes países do mundo (Austrália, Estados Unidos, Inglaterra, Sri Lanka, Suíça e Finlândia).

Na primeira seção, são apresentadas a definição de PBE juntamente com considerações sobre fatores que favorecem, e outros que dificultam, a adoção dessa prática no campo fonoaudiológico.

Na seção subsequente, os autores relatam, e particularizam, a utilização da PBE na pesquisa e na clínica. A seguir, apresentam experiências desenvolvidas em contextos clínicos diversos, na perspectiva interdisciplinar. E a seção 4, fecha o bloco de descrição e discussão de procedimentos e estratégias individuais e organizacionais com vistas à incorporação das PBE nas intervenções fonoaudiológicas.

Passa-se à seção 5 que apresenta relatos de casos clínicos atendidos nessa abordagem, envolvendo sujeitos com transtornos orgânicos, intelectuais e comportamentais que demandam atendimento fonoaudiológico (disfagia, disartria, apraxia, disfonía e problemas de linguagem oral). Na última seção, as autoras relatam futuros direcionamentos para a prática baseada em evidência nas terapias de fala e de linguagem.

*Fonoaudióloga, Mestre pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Fonoaudiologia (PUCSP). **Fonoaudióloga, Professora Titular da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A leitura do volume é recomendada em sua íntegra, embora alguns conteúdos mereçam destaque.

A utilização da PBE como parâmetro indispensável à supervisão clínica, remete tanto à formação acadêmica do estudante, quanto ao aprimoramento da competência do profissional. Nessa perspectiva, reitera-se a desejável articulação entre o método científico - caminho trilhado na elaboração de formulações teóricas – e o método clínico, que configura o conjunto de ações técnicas orientadas a partir de tais conhecimentos.

A caracterização e o relato das atividades do chamado “líder clínico” são fundamentais. Sua função é fomentar a PBE no planejamento de todas as ações clínicas institucionais; instigando os terapeutas a registrarem os resultados das intervenções, compartilharem os mesmos com a equipe clínica e, nos casos onde se constatou efetividade, estender os procedimentos utilizados aos casos similares; considerando sempre a indispensável opinião/avaliação do próprio paciente e/ou familiares sobre o atendimento. Assim, cabe ao “líder clínico” promover que os profissionais façam o desejável movimento de partir das evidências científicas e, efetivamente, incorporá-las à prática cotidiana.

Nessa direção, as iniciativas individuais de clínicos e pesquisadores, típicas e muitas vezes restritas ao contexto acadêmico adquirem um caráter formal também nos contextos institucionais não necessariamente vinculados ao primeiro.

Nas considerações finais, as organizadoras do volume indagam os fonoaudiólogos e sugerem uma reflexão crítica a respeito das ações que, efetivamente, estão sendo implementadas para incorporar a PBE na prestação de serviços à comunidade, e também sobre a participação das entidades científicas no fomento dessa abordagem.

Para finalizar, importante sublinhar especificamente as restrições inerentes à incorporação da PBE na área da Linguagem, as quais estão associadas aos seguintes fatores: a diversidade das concepções de linguagem vigentes impossibilita o estabelecimento de critérios metodológicos fixos para a comparação de evidências obtidas em estudos com orientações teóricas distintas; a validade externa (generalização dos dados de pesquisa para contextos cotidianos) é limitada pela extensa variedade de contextos interacionais e tarefas metalinguísticas utilizados no método clínico fonoaudiológico; e, por fim, a universalidade das evidências é interditada pela

variabilidade de aspectos sócio culturais que caracterizam a comunicação humana.

Contudo, reconhecer tais barreiras implica enfrentá-las. Nessa direção, ganha especial relevância a escuta dos pacientes e/ou responsáveis sobre as repercussões dos tratamentos, parâmetro esse a ser mais e melhor pesquisado cientificamente na área. Por outro lado, assumir as limitações do exercício da PBE no campo fonoaudiológico promove produtiva análise epistemológica sobre as intervenções clínicas; cujas consequências éticas não são desprezíveis.

Referências Bibliográficas

1. Sampaio RF, Mancini MC. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Rev. bras. fisioter. 2007 jan/fev; 11(1):83-9
2. Bennett S, Bennett JW. The process of evidence-based practice in occupational therapy: informing clinical decisions. Austral. Occup. Ther. J. 2000; 47:171-80.
3. Law M, Baum C. Evidence-based practice. Can. J. Occup. Ther. 1998; 65:131-5.

Recebido em maio/13; **aprovado em** junho/13.

Endereço para correspondência

Karin Ximenes de Genaro. Endereço: Av. Paulista, 491 - cj. 22, Bela Vista, São Paulo-SP/Brasil

CEP: 01311-000

E-mail: karingenaro@hotmail.com